

# EPISTOLOGRAFIA E LINGUAGEM

## ESTUDOS PRELIMINARES

*Aileda de Mattos Oliveira (UERJ)*

### 1. INTRODUÇÃO

O gênero epistolográfico não é um dos mais entusiasticamente preferidos pelos que se detêm na análise das produções textuais. A palavra, circunscrita a um contexto situacional particular e, por isso mesmo, individualizado, não parece exercer o mesmo fascínio ao estudioso, o leitor-crítico, que, em maioria, recorre a outros tipos de composição como fontes de perquirição lingüística.

Neste gênero, entra-se em contato com experiências vivenciais do outro, marcadas pela temporalidade das ações na sua história social, porém, transferidas para os limites espaciais da carta e enclausuradas na iconicidade da escrita.

Cabe, então, ao epistológrafo solucionar o problema das leituras interpretativas que cada exemplar oferece, em razão da estratificação gráfica dos fatos narrados ou comentados, no trabalho de *desfazer* a autonomia semântica de seu autor.

O “*desfazer* a autonomia semântica” significa que o leitor crítico terá que resolver de início problemas hermenêuticos, em razão de que, na leitura, terá que distanciar-se do texto para não só evitar contaminar-se com as questões afetivas e emocionais que por acaso possam dele emanarem, mas também e, principalmente, em razão de ter que solucionar questões dialéticas como suprimir o distanciamento cultural que se interpõe entre o seu mundo e o do autor e preservar esse mesmo distanciamento cultural, a fim de promover o *resgate* da significação do texto e compreendê-lo dentro da conceituação ético-moral de quem assim o expressou.

Essa constante luta cultural entre o código escrito do missivista e o decodificador é o que transforma o estudo do discurso numa espécie de arqueologia da palavra.

Por serem destinadas a um dado destinatário e, por isso mesmo, aparentemente resguardadas das indiscrições dos que não compartilham do mesmo contexto situacional, as cartas são formas expressivas de grande valor analítico, por tentarem reproduzir uma passagem *verdadeira*, vivenciada, sentida, exteriorizada por quem confia na cumplicidade do receptor e do seu compromisso ético da não revelação.

Inúmeros autores dedicaram-se à epistolografia, tanto nos domínios das letras nacionais, quanto nos das letras estrangeiras, propiciando ao leitor

interessado neste tipo de gênero literário, a possibilidade de compartilhar da leitura de pensamentos, muitas vezes exclusivos de destinatários específicos e, portanto, inacessíveis, na ocasião, ao público leitor.

Padre Antônio Vieira, fazendo jus a seu pensamento barroco, dizia que uma carta é uma produção artística, mas sem nenhuma arte, referindo-se ao aspecto estético característico desse gênero de escritura, ao qual também se dedicou e no qual deixou registrada a sua eloquência, como na carta que enviara aos judeus de Ruão, fugitivos da Inquisição lusa (1646); na que endereçara a D. Rodrigo de Meneses, em que exprimiu a sua crítica desolada ao processo que vinha sofrendo pelo Santo Ofício (1670); na que remetiera a El-Rei D. João IV, defendendo a igualdade dos indígenas (1695), para citar apenas algumas peças epistolares do grande pregador.

Nessas obras, a palavra de Vieira adquire a *violência* da argumentação em defesa de posições ideológicas assumidas como missionário em terras distantes do centro do poder, quando em confronto com a *violência* da palavra polifônica da Metrópole. Diz-se “polifônica”, porque as cartas do jesuíta respondem a uma voz imperiosa que, antecipadamente, fizera-lhe ouvir as questões determinantes da Coroa, razão, portanto, das veementes réplicas epistolares do clérigo.

Não se pode, também, deixar sem referência o viver intenso de Sórora Mariana Alcoforado, expresso em cada enunciado de suas cartas ao Cavaleiro de Chamilly. Nelas, a autora não apenas acende a fogueira do amor interdito pelos dogmas monásticos, mas o faz de maneira a vitimar duplamente o seu próprio eu: nas pautas do papel, encerrando-o nas palavras de agonia e inquietação, que os adjetivos epítéticos tão bem espelham, e entre as grades do convento de Conceição de Beja, onde macera a alma pela inútil espera do retorno do silencioso destinatário

Belos exemplares da contradição humana, tema ideal para um exame acurado na linha de estudos da *semiótica das paixões*, já teorizados por Algirdas Julien Greimas e Jacques Fontanille.

Há um prazer inexaurível em sentir-se a dor, reflexionando-se sobre ela e expondo-a através de signos representativos do mundo afetivo, organizados na sintaxe elaborada.

A correspondência do poeta social Antônio Frederico de Castro Alves, dividida pelos críticos em *ativa* (a que enviou a seus amigos) e *passiva* (a que recebeu desses mesmos amigos), deixa-se ficar à espera dos interessados na coleta de dados lingüísticos para um trabalho comparativo com a sua posição político-social cantada nos versos épicos de seus poemas.

O debruçar-se sobre o diálogo epistolar entre os escritores José de Alencar e Machado de Assis, tendo como pretexto a vinda de Castro Alves ao Rio de Janeiro, onde se fez conhecer através de uma carta de apresenta-

ção ao autor de *Senhora*, iria mostrar o jogo verbal de dois intelectuais brasileiros, tão diferentes no seu estilo, mas conscientes do seu fazer lingüístico, no emprego sólido da palavra vibrante.

A correspondência do poeta simbolista João da Cruz e Sousa, que deixa fluir o romantismo nas cartas à Gavita, sua noiva; e que expõe de forma realista as suas necessidades materiais ao Senhor Wendhausen, quando do pedido de um empréstimo financeiro; ao amigo Nestor Vítor, a quem, relata com nuances naturalistas o momento em que vive, tormentoso, por causa da doença nervosa de Gavita, agora, sua mulher, é um campo de análise das transformações do homem pela sua linguagem e que vai ressoar nos versos de seus poemas, como um meio de evasão e de alívio de tensões.

Outros exemplos poder-se-iam citar, como as inúmeras cartas de Augusto de Carvalho Rodrigues dos Anjos endereçadas à sua mãe, D. Córdula de Carvalho Rodrigues dos Anjos, a Sinhá-Mocinha, nas quais se podem acompanhar cronologicamente a vida do poeta na sua passagem pela Paraíba, por Pernambuco e pelo Rio de Janeiro e estabelecer um estudo comparativo entre as construções lingüísticas que marcaram as relações familiares da época e as que determinam hoje essas mesmas relações, a fim de se ir compondo fundamentadamente a deriva cultural e lingüística da sociedade.

Em outros idiomas, a correspondência de Jean-Jacques Rousseau, a de François Marie Arouet, o Voltaire, as missivas do romântico Wherter, que Johann Wolfgang von Goethe ofereceu ao mundo, pois, o gênero epistolográfico não adquire importância pela razão única de sua temática, mas por levar o analista a percorrer os caminhos da História de uma época, a reconhecer os valores dos que *fizeram e escreveram* essa História, os costumes que determinaram o comportamento ético e moral dos grupos sociais, o momento político-econômico em que a sociedade estava inserida, enfim, a radiografia de uma dada sincronia, através do ato acionário da palavra.

## 2. DESENVOLVIMENTO

Mas o salto no tempo se faz necessário e, com ele, chega-se a um outro contexto situacional representativo de uma nova concepção de mundo que, em consequência, faz estabelecer uma nova relação entre o falante e a língua que utiliza.

Instrumento especular do homem, por ela entrevêm-se os aspectos característicos da mudança por que a sociedade passou na sua marcha inexorável em direção ao amanhã.

Falou-se, mais acima, da importância da epistolografia como fonte

de investigação sócio-histórica, e acrescenta-se, aqui, que a partir da análise acurada das formas lingüísticas, das preferências vocabulares na organização lúdica do pensamento e da visão ontológica desse mesmo pensamento, pode-se regozijar, ou lamentar, que mudanças tão radicais tenham acontecido.

A sociedade foi-se transformando ao embalo da música encantatória dos benefícios tecnológicos e científicos, e deixou-se anestesiado pelos proventos advindos da visão pragmática de mundo, que modulou novas formas de viver e de interação humana. Assim, se a linguagem realizava-se feliz ao pôr as coisas em palavras, estas, agora, perturbam-se na boca do falante, no endurecimento das artérias estruturais da tessitura sintática.

Percorreram-se os caminhos da comunicação interpessoal contemporânea e chegou-se não a uma produção autografada por grandes nomes, mas a um exemplário da epistolografia popular, em que a importância da expressão do pensamento do povo reside na maneira espontânea, emotiva, de expor as suas aspirações e evidenciar as características culturais do seu viver cotidiano.

Livro recente /1993/, testemunha, através da coletânea de vozes ali registradas, o pensamento do cidadão comum em relação ao Governo, ao Presidente da República, tornando-se essas vozes material analítico de grande valor, no que se refere ao estudo crítico do comportamento ético de uma parcela da população. Ao mesmo tempo, expõem essas vozes, publicamente, pelas palavras trôpegas numa sintaxe falha, as deficiências do setor educacional e, em consequência dessa displicência governamental, a ausência de uma consciência crítica, coletiva e efetiva, da situação política, **displicência** que, há muito, lhes vem deixando num estado de entorpecida alienação.

Esse distanciamento cultural, diferente do distanciamento exigido pelo trabalho hermenêutico de busca da gênese significativa do texto, impõe àqueles, como os missivistas analisados, um compulsório exílio nas próprias limitações de seu pensar.

Essas cartas são comprobatórias dessas existências insulares, no que diz respeito a uma não compreensão racional de problemas nacionais e servem como contundente argumentação de que Executivo e povo não se situam na mesma margem do rio para resolver a construção da ponte que beneficiaria ambas as partes. Um deseja que o outro se transforme em sua ponte particular, para que cada qual possa atravessá-la, tranqüilamente, e sem esforço.

Têm-se em mãos as cartas enviadas por aqueles que alçam o Presidente à ara da idolatria e que, com expressões de servilismo, beijam-lhe as “santas” mãos e depõem nelas a sua “última esperança”. Palavras de pedin-

tes em linguagem metaplástica e elíptica encontram-se no pequeno livro *Cartas do povo brasileiro ao presidente*, que coleta as *orações* epistolares da “consciência ingênua”<sup>i</sup> nacional, endereçadas ao Senhor Fernando Affonso Collor de Mello, quando no exercício de seu mandato presidencial.

Vincular o Presidente a Deus é iconizar esse Deus distante e inacessível, porque abstrato, e torná-lo alcançável pelas vias terrenas do correio, tendo como meios de comunicação os traços raramente não vacilantes da escrita:

Estabelece-se, assim, em algumas passagens, não uma visão sintagmática entre o Poder Divino e o Poder Governamental, não uma relação hierárquica entre entidades de categorias diferentes, mas uma visão paradigmática em que a substituição de um pelo outro corrobora a idéia de uma identidade comum.

“A voz do Presidente é a voz de Deus.”<sup>ii</sup>

Para compreender esse aspecto da rigidez normativa da maneira de ser do homem comum como, por exemplo, o de estimular a cultura à personalidade daqueles que se destacam em algum setor de atividade, o de cultuá-los e deixar-se acomodar no prazer da admiração passiva desses privilegiados, tem que se ir em busca, para a análise lingüística, de subsídios sociológicos de estudiosos do caráter brasileiro, como Sérgio Buarque de Holanda, que situa nas raízes coloniais a questão comportamental e dos valores intelectuais do homem desta Nação.

Na busca de resolver seus problemas domésticos, o discurso desse brasileiro, linguagem expressa de sua imaturidade política, desfaz-se das amarras da timidez vocabular, extrapola os limites de seu pequeno horizonte e penetra no mundo de outrem, que só o *conhece* coletivamente, como povo, desprovido, portanto, de identidade.

Esse discurso, agora individualizado, não vai ser reconhecido pelo destinatário, que somente habituou-se a interpretar a voz do povo, quando esta se manifesta em conjunto, ocasião em que os signos utilizados para a comunicação representam a linguagem não-verbal dos aplausos, mas significativas formas auditivas da aceitação tácita da oratória envolvente do governante.

O discurso individualizado daquele que se destaca momentaneamente da multidão passa, então, a adquirir uma característica epistêmica, uma vez que o seu enunciador crê no recebimento de ajuda particular como um reconhecimento e, até mesmo, uma obrigatória retribuição pela fiel admiração que vem tributando ao seu ídolo: Este, porém, não *reconhece*, agora, nas formas gráficas do missivista, o autor então inominado nos atos laudatórios da coletividade. Portanto, esta questão, a do confronto entre a **ipseidade** e a alteridade, é a responsável pelo hiato social, em virtude da amnésia

governamental, quando respeitante ao cumprimento de promessas juramentadas.

*“Meu marido também trabalha ele também não conseguiu dinheiro para me dar. Então eu pensei no Senhor. Como minha salvação. Me ajude se for me ajudar deposite no Banco Bradesco.”*<sup>iii</sup>

*“Vou fazer um pedido, desta vez espero que você me ajudace assim com si você tivesse dando uma mesada a um filho.”*<sup>iv</sup>

Realmente, só assim, fundamentando-se na gênese histórica do povo, podem-se compreender as cartas provindas das mais diversas regiões do País, com idêntica configuração, traduzindo idênticos desejos, transformados em idênticos pedidos ao Presidente, ser onipotente e, portanto, provedor particular dos signatários:

Fixa-se, pelas marcas materiais da escrita, a mensagem firmada pela urgência do atendimento, desprovida da expressão vocal amenizadora, dos meneios auxiliares dos gestos, da insistência do olhar pedinte. O discurso realizou-se no ato de inscrição do dizer do subscriteve, que deixou perceptível na pauta a sua praticidade e a peremptoriedade do seu querer.

*“Eu sei que o Senhor tem poder de mim ajudar.”*<sup>v</sup>

*“Se não nos ajudar é porque não quer nossa única esperança é o Senhor.”*<sup>vi</sup>

Assim, para os missivistas, o discurso do Presidente tem que se apresentar sempre de forma deôntica, em razão de lhe caber a obrigação de atender as solicitações privativas dos que se comprazem em admirá-lo, elogiá-lo, súditos que são daquele que ocupa posição imperial tão sobranceira, unicamente por vontade divina:

*“O Senhor não foi eleito pelo povo; foi eleito por Deus.”*<sup>vii</sup>

*“Confiado em Vosso Espírito de Bondade e de sua Nobre Esposa e seus Nobres Filhos.”*<sup>viii</sup>

*“Um abraço respeitoso do súdito.”*<sup>ix</sup>

*“Tenho a súbita honra de apresentar a V. Excia. minhas respeitadas saudações, excusando-me, ao mesmo tempo, perante a sua augusta pessoa, pela importunação que esta minha missiva ora representa...”*<sup>x</sup>

*“O meu único desejo é que V. Excia., jovem e destemido, seja realmente o Imperador do Brasil, isto é, o supremo magistrado que põe a sua coragem, a desambição, a sua cultura, em defesa dos pobres e humildes.”*<sup>xi</sup>

Essa sobranceira que significa para a multidão anônima a superação dos obstáculos no mundo existencial é a representação sîgnica de que esse alguém foi o *escolhido*, o *assinalado* pelas forças superiores e, portanto, tem entrada livre, a qualquer momento em que deseje, no espaço metafísico e pode manter, quando quiser, o diálogo com a entidade suprema: Para alguns missivistas, ao contrário de outros aos quais já se fez referência, a relação

sintagmática entre as entidades sobrepõe-se à relação paradigmática da interpenetração de imagens.

*“Sr. Presidente Fernando Collor, é com grande emoção que estou escrevendo esta carta porque tenho certeza de que vou ser atendida, porque eu sei que Deus anda e fala com o Senhor!”<sup>xii</sup>*

*“Você é melhor e nunca esqueça disso, Deus o escolheu e estará sempre com você onde quer que você vá.”<sup>xiii</sup>*

A mitificação do homem pelo homem é um dado significativo de registro entre outras atitudes do indivíduo em relação àquele que, por sua posição hierárquica, é, na concepção do missivista, o possuidor dos mais altos valores morais, de acordo com o seu raciocínio inflexível, conservador, impermeável, para não dizer, reacionário, esclarecendo, aqui, embora dispensável, que o último termo está desvinculado de qualquer conotação político-partidária:

*“Nunca jamais pode imaginar que do ventre de uma mulher pudesse surgir tamanho gigante.”<sup>xiv</sup>*

Esse tipo de subscrevente perde a noção da realidade e deixa-se penetrar nos domínios do imaginário, onde, mais facilmente, pode *ver* o que deseja e fazer dessa *visão* a sua verdade, que ganha forma, graças, exclusivamente, à sua crença nela:

*“Exmo. Sr. Fernando Collor, bem antes das eleições eu tive uma grande visão ao meio dia, que o **Presidente** ia ser Collor de Mello.”<sup>xv</sup>*

As imagens do Presidente, adequadamente contextualizadas aos seus objetivos, aliadas aos signos representativos da retórica programada do ataque e da defesa, do destruir e do construir, do tomar e do dar, que o caracterizam, é o ponto de partida para a criação de impressões que vão moldar a consciência ingênua desse povo:

*“Eu gostava de ver o Senhor na televisão quando falava à multidão e fechava os punhos mostrando garra, muita força e coragem.”<sup>xvi</sup>*

*“Senhor Presidente, nós assistimos a sua posse nunca tinha visto um presidente fazer um discurso tão bonito e inteligente, com franqueza e com amor a população pobre, dava para ver nos seus olhos a sinceridade de um homem que queria fazer um Brasil mais justo, que outros não puderam ou quiseram fazer.”<sup>xvii</sup>*

A leitura literalizada do discurso do Presidente pelo homem comum é a continuação da leitura sígnica do seu mundo individual, sem a reflexão crítica indispensável que o conduza ao discernimento das verdades relativas do ‘possível’, do ‘impossível’; do ‘provável’, do ‘improvável’, pela simples razão de que quem fala como Presidente de uma Nação, quem dirige os destinos de milhões de pessoas, tem que se situar, logicamente, num estágio axiológico superior e, como tal, não pode ser contestado, porque o seu *fazer*

representa efeitos de uma vontade maior (o Presidente é amigo de Deus) e o seu *dizer*, a verdade absoluta (o Presidente é o porta-voz de Deus).

Esse é o raciocínio elementar, condicionado à simplificação dos fatos de maneira maniqueísta, por não compreender o missivista que o Chefe de uma Nação é um funcionário público, eleito para um cargo administrativo; por não perceber as mudanças de humores que determinam o jogo político que o alçaram a esse cargo; por não estar apto a interpretar as filigranas semânticas do discurso retórico, muitas vezes a considerar o próprio povo como entrave às manipulações partidárias.

O Governo, para esse indivíduo, é a forma macrocós mica de seu próprio grupamento familiar, onde a hierarquia entre ascendentes e descendentes, quando há, é determinada pela voz patriarcal ou matriarcal, considerada a sábia, pela experiência, pelo trabalho ou, até mesmo, pela idade, e, como tal, a voz governamental, deve também ser acatada, simplesmente porque **deve** ser assim, numa observância de ritual ancestral. É necessário, pois, manter a obediência ao pai:

*“O Brasil estava precisando de um Pai. É Fernando Collor de Melo, é o Pai que quer ver o Brasil caminhar em paz e ordem.”*<sup>xviii</sup>

Analisar as cartas do povo endereçadas ao Presidente é um dos caminhos que levam o pesquisador a avaliar a ausência de consciência cívica (de cidadão) de grande parcela da população e, conseqüentemente, a extensão de sua completa ausência no contexto interacional da vida política do País.

Não há como lhe exigir uma participação ativa, se inexistente a capacidade reflexiva de estabelecer diferenças entre *um governo para mim*, voltado, apenas, para o atendimento de satisfações pessoais e *um governo para a coletividade*, preocupado em estender os benefícios a toda sociedade. A questão da ipseidade e da alteridade não se limita, apenas, aos domínios governamentais; ao contrário, é um ponto de preocupação analítica que se acrescenta ao estudo do discurso.

Perceber, portanto, os fatores que determinam as mudanças constantes na arena das divergências políticas, e aceitar um Presidente desprovido da aura divina e admiti-lo como um articulador de ações, dependente de fatos circunstanciais, não é possível a esse signatário, em razão da obstinação religiosa de sua maneira de ser, que lhe veda, principalmente, os olhos do espírito.

No entanto, é interessante notar que o trato do homem comum com o homem Presidente, considerado por ele hierarquicamente superior, pode também tomar o rumo compadresco, comparável à mesma intimidade dos senhores e das senhoras de engenho com os Santos e Santas de seus altares, na hora do pedido candente de ajuda ou de casamento para as sinhá-moças,

como já assinalara Gilberto Freire.

A aversão ao ritualismo comportamental constitui-se uma das marcas da ausência de polidez do brasileiro, como já salientara Sérgio Buarque de Holanda, e que torna frouxas quaisquer regras de convivência social.

*“... estou aguardando qualquer tipo de ajuda para que eu possa adiguirir uma casa para eu e minha família. Estou aguardando resposta. Que tal se me mandasse o nº do telefone? A gente se entenderia melhor.”<sup>xxix</sup>*

Assim, se o Presidente mantém uma relação estreita com Deus, ele é o seu intermediário ou o seu representante mais próximo, o que facilita ao missivista a transmissão de seu desejo e a possibilidade de ser o mais rapidamente atendido, pois considera-se sempre o primeiro na escala temporal das respostas.

*“... peça-lhe em nome de Jesus Cristo, pelo amor que o Senhor tem a seus filhos, de volta o emprego do meu filho (...). Por este motivo, tomei a liberdade de escrever-lhe e pedir em nome do que é mais sagrado que V. S. envie um mandato de readmissão para ele, pois eu sei o que o senhor tem a força e o poder nas mãos, só basta agir.”<sup>xxx</sup>*

*“Ajude-me e lembre-me do meu pequenino caso para um homem tão poderoso quanto o senhor (...). Sei que uma ordem sua basta.”<sup>xxxi</sup>*

*“Sr. Collor, é só uma pequena ajuda do seu bolso, basta esse trabalho pode manda alguém no correio para eu receber aqui. vou ficar rezando pra na hora que estiver lendo Deus ilumine sua boa consciência para que me ajude. Anciosamente, ficarei aguardando.”<sup>xxxi</sup>*

Embora pareça paradoxal esse comportamento do homem comum em considerar o Presidente uma pessoa de outra esfera no campo das relações sociais e, ao mesmo tempo, *bater-lhe com a mão amigavelmente nas costas* através de convites os mais inesperados e surpreendentes, para Sérgio Buarque de Holanda isso já fazia parte da permeável nobreza portuguesa, uma aristocracia aberta, em que não prevalecia, como em outros países, a nítida separação de classes, fato observado e registrado por Gil Vicente em suas obras.

*“... tenho uma deficiência auditiva mais eu vou em frente e se o senhor quiser me conhecer pessoalmente é só me telefonar para ... ou passar um telegrama para...”<sup>xxxi</sup>*

*“Se o Senhor vier em Rio Grande e quiser tomar um chimarrão conosco será um enorme prazer “é casa de pobre,” mas é sempre de bom coração.”<sup>xxxi</sup>*

*“Se o Senhor quiser saber da minha vida é só vir aqui e perguntar por mim.”<sup>xxxi</sup>*

O que se destaca na análise das cartas recebidas pelo ex-Presidente é o desconhecimento dos eleitores do papel exercido pelo Chefe da Nação,

que se resume, para eles, num instrumento de facilitação ao atingimento de interesses imediatos, seja o ingresso num órgão federal, seja a aquisição de objetos materiais, seja qualquer ajuda financeira, pois ele, missivista, é o parceiro do Presidente na troca de favores, já que o voto lhe foi pedido e lhe foi concedido, o que contribuiu para que viesse a conquistar o cargo que ocupa:

*“...o senhor, pediu a nossa ajuda nos ajudemos, agora eu peço a sua ajuda em meu favor, eu gostaria de ganhar uma casa para morar, que fosse minha.”<sup>xxvi</sup>*

O missivista sente-se, por isso, co-participante do Governo, uma vez que é conclamado na oratória do Presidente, que penetra na casa de cada um, pelos meios eletrônicos de informação, a sempre apoiá-lo, a manter-se fiel a seu voto:

*“O Senhor tem capacidade de entrosamente, de falar a cada minuto a hora que o Senhor quiser com o ministro da Aeronáutica ou até mesmo do Exército. Senhor Presidente não lhe custa nada dar-me um futuro a um amigo que tanto o estima (...). Telefone (...) ou se o Senhor achar conveniente use um helicóptero para visitar-me e passar uma tarde de domingo comigo.”<sup>xxvii</sup>*

*“... estou vos pedindo qualquer tipo de ajuda para que eu possa adiguirir uma casa para eu e minha família. Estou aguardando resposta. Que tal se me mandasse o nº do telefone? A gente se entenderia melhor.”<sup>xxviii</sup>*

A análise da epistolografia popular não pode reduzir-se, portanto, aos domínios da própria língua, no que concerne a um visão meramente estrutural, uma vez que a oralidade explícita na forma escrita, remete o analista ao contexto sócio-histórico do agente da enunciação.

Naturalmente, é o panorama contextual endofórico, o texto em si, que leva o pesquisador a uma visão mais esclarecedora do contexto situacional exofórico, as circunstâncias em que ocorre o ato da enunciação, e à compreensão das reações extravasadas nas formas vocabulares que ratificam o despreparo do brasileiro no ato de votar, acostumado à cultura da influência, do valimento, desinteressado de qualquer ação, cujo objetivo seja o bem-estar da coletividade:

*“Eu implorei tanto e lutei tanto pela sua vitória que até emagreci de tanto fazer jejum para lhe ver subir a rampa deste Palácio na esperança que com a sua ocupação desta cadeira eu ia ter o direito de morar em uma casinha que fosse minha isto era o maior sonho, e achei que ele ia ser realizado com a sua presidência. Mais eu agora estou perdendo a esperança por que já escrevi tantas carta e até hoje nada foi feito Collor, eu vou enfrentar carona de caminhão mais chego aí, para te falar pessoalmente so-*

*bre isto tudo.*”<sup>xxxix</sup>

Os ainda numerosos exemplos de cartas que aqui deixaram-se de citar, mantêm-se nos mesmos padrões dos que já foram transcritos, e caracterizam-se todos por não apresentarem os missivistas qualquer indício de sentimento de nacionalidade, no sentido de que não há um pensamento voltado para a comunidade, um pensamento que considere em primeiro lugar as necessidades coletivas. Ao contrário, há, apenas, a urgência de conquista pessoal, de solução imediata dos próprios problemas, o olhar para dentro de si mesmo.

Na linguagem de cada missivista, ignora-se o emprego do pronome **nós**, elemento lingüístico referencial de **brasileiros**, e usam-se apenas o **eu**, o **me**, o **mim**, que circunscrevem os limites da ação de ganhar, de receber, de beneficiar-se, de cada um.

Quando surge, de repente, a primeira pessoa do plural, após o registro das pretensões do remetente, ainda sim, este **nós** mantêm-se delimitado ao espaço social familiar, introduzindo-se de maneira *política* numa frase que, sinteticamente, finaliza o compadrio da ação e o aspecto comercial do ato de votar.

*“...pode confiar na minha pessoa, mesmo pela carta que lhe envio, não sou falso, serei e sou sempre o seu companheiro, preciso muito deste carro sem falta, e espero com sua colaboração. Sono todos 10 votos, todos seus.*”<sup>xxx</sup>

*“Sendo eu sua eleitora me acho com direito de lhe escrever aqui fomos na família 14 votos, já é alguma coisa, eu acho.*”<sup>xxxi</sup>

Não cessa nesses exemplos, a capacidade de o missivista negociar a sua cidadania. Há aqueles mais atuantes, veteranos que são na arte eleitoreira do voto mercenário, que expõem, de forma explícita, as suas atividades transacionais em diferentes Partidos. Afirmando ter “em média cinquenta votos” disponíveis, ter ajudado a eleger este ou aquele candidato e não ter obtido a ajuda prometida que os políticos beneficiados pela sua atuação haviam oferecido, põe-se à disposição do Presidente, enganadoramente, tal como lhe fizeram os candidatos criticados, dizendo que o oferecimento é “independentemente de qualquer solicitação”<sup>xxxii</sup>

Sabe-se que a linguagem oral é a modalidade preferencial do brasileiro e, no entanto, dispôs-se ele a enfrentar a comunicação escrita, a traçar as suas idéias no papel, deixando momentaneamente, de lado, a sua aversão às letras, para realizar a transformação das palavras em benesses que esperava rapidamente concretizarem-se. Por isso, escreveu. Afinal, esse missivista depositou toda a sua fé no verbo vibrante de um Presidente jovem, bem apessoado, com a melodia de sua voz demarcada pela entonação de palavras-chave, previamente selecionadas, e gesticulação de um guerreiro. É

certo que esse missivista ouvia, estimulado pela retórica presidencial, justamente o que estava desejoso de ouvir.

Compreende-se, então, porque o sofista Górgias, já no século V a. C., dizia não ter as palavras valor pelo seu significado, mas pelo seu poder encantatório, que leva o ouvinte a extasiar-se pela sua musicalidade, pela sua doçura, deixando-se embalar nas suas próprias emoções, emoções que as palavras suscitam. As palavras seriam, então, um estimulador psíquico.

A crença no poder total da expressão verbal de um governante encontra, assim, explicação satisfatória, se se tiver sempre em mente o perfil psicológico do homem comum, disposto a agarrar-se numa esperança, já que se sente desprotegido pelos órgãos institucionais. Instituições como o Congresso são coletivas e, portanto, desarmônicas aos olhos do homem do povo. É do Chefe da Nação a voz única do poder, portanto, a voz do *dar*, a voz do *ajudar*, a voz do *socorrer*, a voz do *auxiliar*.

São as cartas do povo ao Presidente uma radiografia cultural do homem brasileiro, disposto a ultrapassar os entraves da organização burocrática do Estado, por via da comunicação direta com a autoridade, desconhecendo, porém, esse homem brasileiro, a existência de assessores designados para lerem a correspondência, selecioná-las, arquivá-las, sem que o destinatário tenha, muitas vezes, sequer conhecimento do esforço do subscrevente em mal traçar as suas linhas.

Após um trabalho de reflexão sobre as características dos missivistas, podem-se adquirir os fundamentos necessários ao estudo da psicologia social, a fim de que melhor seja interpretada a sua visão ética de mundo.

Em termos de análise lingüística dos textos escolhidos, é importante salientar, de imediato, que as redações dos próprios missivistas são a demonstração do esquecimento dos sucessivos governos de uma política educacional efetiva para todos e em todos os níveis.

A ausência dessa preocupação com o desenvolvimento cognitivo do homem comum brasileiro é uma das causas de ele se manter num reduzido círculo de raciocínio e, em consequência, sem condições de avaliar os seus próprios atos e os de outrem.

Essa é uma das razões por que tenham os seus próprios valores éticos e morais, uma vez que a percepção dos fatos está relacionada à própria circunstância de sua ocorrência.

Assim, se o Presidente é o Chefe de todos os brasileiros, poderá, por sua única vontade, presentear, oferecer empregos, etc., a uma parcela considerável da população, pela simples razão de ter sido eleito por ela e por emanar dele o poder de satisfazer quem quer que seja, desde que seja essa a sua vontade.

Ignoram essas pessoas o significado da palavra *público*, uma vez que

o erário, por ser assim denominado, não é para servir a cada um em particular, como de hábito, imaginam, mas ao povo, no seu sentido coletivo de representatividade nacional e não no individual (*eu sou povo*).

No simplismo dos pensamentos, em sua maioria mal formulados, os subscreventes se fixam na idéia elementar da *troca* de favores, porque é assim que deve funcionar o mecanismo das relações entre vizinhos na sua esfera vivencial. A idéia de Nação, no sentido político-social do termo, traz certa complexidade de conceituação, considerando a dificuldade de se estabelecer a prioridade de todos, dos quais se desconhecem os sofrimentos, em detrimento daquele que, em carta, expôs o seu drama familiar ou, apenas, quer a satisfação de um desejo caprichoso.

Deixar de lado as suas características personalísticas de agir e oferecer ajuda imediata e espontânea, quase sempre em forma de mutirão assistencial, somente em casos de grande impacto emocional, divulgados e visualizados à exaustão pelos meios de informação eletrônicos que, momentaneamente, representam o papel de estimulador da solidariedade nacional.

O fato de eles apresentarem um grau de escolaridade que lhes permite manter, apenas, uma interação dialógica superficial, não impede de se estabelecer outros dados avaliativos sobre o discurso da ação, além dos que já foram desenvolvidos neste trabalho.

É, justamente, na superficialidade do dizer dos missivistas em questão, que se observa a ausência de conceitos relacionados à obrigação, ao dever, à moral, ao direito. Este último jamais relacionado à uma posição jurídica, adquirida pela cidadania e, portanto, dependente do dever que se expressa pelo hábito da ação moral. Ao contrário, o direito é entendido, apenas, como prerrogativa de que se acham detentores, precisamente, pelo escambo de favores, e não pelo cumprimento de sua obrigação de cidadão, de manter o voto impermeável e, portanto, invulnerável à sedução do jogo argumentativo de outrem.

As cartas, que aqui serviram de objeto de análise, retratam a maneira impressionista de ver os fatos e *deixar-se viver* esses fatos, de uma parte considerável da população brasileira, que *registra* as suas reações imediatas por meio de iconicidade verbal, através de signos elementares e sincopados.

### 3. CONCLUSÃO

A conclusão a que se chega, é que o estudo da epistolografia é uma porta que se abre ao mundo do missivista, crédulo da manutenção sigilosa de seus rasgos de emoção; de fraqueza; de audácia.

É por esse devassar das letras alheias, que se chega às diferentes ca-

pacidades de o homem dispor das palavras para dizer-se presente no mundo, para levar a sua voz impressa aos olhos reflexivos ou admirados do destinatário, através da capacidade de articulação complexa de pensamentos argumentativos (Vieira); da dolorosa expressão de sua profunda decepção amorosa (Sóror Alcoforado); do lúdico desenvolver de articulações sintático-estilísticas (Alencar e Machado de Assis); das impressões juvenis de um poeta (Castro Alves); das angústias de quem se sobrepôs intelectualmente à rejeição étnica (Cruz e Sousa); do respeito e consideração filiais (Augusto dos Anjos) ou dos arroubos da irreflexão, ou das formas de adulação e de lisonja do homem brasileiro, não **eleitor**, mas... que vota.

#### 4. BIBLIOGRAFIA

- ALCOFORADO, Sóror Mariana. *Cartas de amor*. 4. ed. Trad. Morgado de Mateus. Pról. Júlio Brandão. Porto : Livraria Chardron, s. d.
- ANJOS, Augusto dos. *Obra completa*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1994.
- CASTRO ALVES, Antônio Frederico de. *Obra completa*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1986.
- CRUZ E SOUSA, João da. *Obra completa*. Rio de Janeiro : Nova Aguilar, 1995.
- FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 13. ed. bras. Rio de Janeiro : José Olympio, 1966. 2. tomo.
- GREIMAS, A. J. & FONTANILLE, J. *Semiótica das paixões*. Trad. Maria José Rodrigues Coracini. São Paulo : Ática 1993.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 20. ed. Rio de Janeiro : José Olympio, 1988.
- LINS, Ivan. *Sermões e cartas do Padre Antônio Vieira*. Rio de Janeiro : Edições de Ouro, 1966.
- NUNES, Cassiano. *Cartas do povo brasileiro ao presidente*. [Brasília] : Agência Quality, [1993].
- RICŒUR, Paul. *Teoria da interpretação*. Trad. Artur Morão. Rio de Janeiro : Edições 70, [1987].

#### 6. NOTAS

- i. Álvaro Vieira Pinto, in: *Cartas do povo brasileiro ao presidente*, p. 17.
- ii. **Op. cit.** p. 27.
- iii. **Op. cit.** p. 33.
- iv. . **Op. cit.** p. 50.

- v. **Op. cit.** p. 32.
- vi. **Op. cit.** p. 32.
- vii. **Op. cit.** p. 25.
- viii. **Op. cit.** p. 49.
- ix. **Op. cit.** p. 44.
- x. **Op. cit.** p. 44.
- xi. **Op. cit.** p. 43.
- xii. **Op. cit.** p. 23.
- xiii. **Op. cit.** p. 29.
- xiv. **Op. cit.** p. 61.
- xv. **Op. cit.** p. 60.
- xvi. **Op. cit.** p. 62.
- xvii. **Op. cit.** p. 62.
- xviii. **Op. cit.** p. 40.
- xix. **Op. cit.** p. 46.
- xx. **Op. cit.** p. 32.
- xxi. **Op. cit.** p. 32
- xxii. **Op. cit.** p. 41.
- xxiii. **Op. cit.** p. 45
- xxiv. **Op. cit.** p. 45.
- xxv. **Op. cit.** p. 47.
- xxvi. **Op. cit.** p. 52.
- xxvii. **Op. cit.** p. 45-46.
- xxviii. **Op. cit.** p. 46.
- xxix. **Op. cit.** 52-53.
- xxx. **Op. cit.** p. 53.
- xxxi. **Op. cit.** p. 53.
- xxxii. **Op. cit.** p. 54.